

ATA DA 009ª SESSÃO ORDINÁRIA DA  
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA  
REALIZADA EM 24 DE FEVEREIRO DE 2016  
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cesar Valduga - Cleiton Salvaro - Dalmo Claro - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dr. Vicente Caropreso - Fernando Coruja - Gean Loureiro - Gelson Merisio - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - João Amin - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Leonel Pavan - Luciane Carminatti - Luiz Fernando Vampiro - Manoel Mota - Marcos Vieira - Mário Marcondes - Mauro de Nadal - Narcizo Parisotto - Natalino Lázare - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Patrício Destro - Ricardo Guidi - Rodrigo Minotto - Romildo Titon - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini.

PRESIDÊNCIA - Deputados: Gelson Merisio  
Padre Pedro Baldissera  
Dirce Heiderscheidt  
Leonel Pavan

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Abre os trabalhos da sessão ordinária. Solicita a leitura da ata da sessão anterior para aprovação e a distribuição do expediente aos srs. deputados.

\*\*\*\*\*

**Breves Comunicações**

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS (Orador) - Agradece aos srs. deputados a colaboração na aprovação do projeto que obriga as concessionárias de transporte de passageiros intermunicipais a exigir identificação dos usuários, esperando que a lei seja sancionada em breve pelo governador.

Aproveita para registrar nota de gratidão por ter sido reconduzido à Presidência da comissão de Prevenção e Combate às Drogas.

Comunica ter participado de um encontro, na Vila Campina da Alegria, no município de Vargem Bonita, na Fábrica de Papel Irani, sobre a questão da prevenção e combate às drogas.

Cita manchetes de jornais e dados da Polícia Federal dando conta de que o estado tornou-se o primeiro no *ranking* em produção de drogas sintéticas e que a maioria dos acidentes de trânsito em rodovias de Santa Catarina ocorre pelo excesso de consumo de drogas.

Agradece ao deputado Fernando Coruja pela intervenção que referenda a sua caminhada.

Deputado Fernando Coruja (Aparteante) - Cumprimenta o deputado pela sua recondução à comissão de Prevenção e Combate às Drogas.

Destaca que é preciso fazer uma audiência pública para discutir sobre drogas, álcool, e a relação com os acidentes de trânsito, citando que os acidentes rodoviários são diferenciados do transporte aéreo, que acabam recebendo mais manchetes. [*Taquígrafa: Ana Maria*]

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR (Orador) - Informa a aprovação, por unanimidade, na comissão de Finanças e Tributação, da instalação do Conselho das Mulheres, em nível de secretaria de Estado de Ação Social, de origem governamental.

Relata que houve a prestação de contas da secretaria de estado da Saúde à comissão de Saúde da Assembleia Legislativa, onde foi debatido com os deputados, secretário da Saúde e com técnicos, soluções para enfrentar a situação, questionando os valores gastos com as Organizações Sociais.

Registra a criação da Frente Parlamentar de apoio aos projetos de combate à Dengue, ao Zika Virus e à Chikungunya. [*Taquígrafa: Rubia*]

DEPUTADO FERNANDO CORUJA (Orador) - Discorre sobre a prestação de contas do segundo quadrimestre de 2015 da secretaria estadual de Saúde, entendendo que é uma formalidade e que não há um debate aprofundado. Cita o comentário do jornalista Moacir Pereira sobre a má situação do

SUS em Santa Catarina, salientando que não são investidos os recursos necessários na Saúde, muitas metas não são atingidas e há falta de prioridade para a questão social.

Relata que há uma UPA - Unidade de Pronto Atendimento - da Grande Florianópolis que recebe um tratamento diferenciado por parte do governo do estado e que as outras UPAs não recebem, destacando que os prefeitos não querem implantá-las pelo seu alto custo de manutenção.

Salienta que a crise atual no país é grave, mencionando que o otimismo do governo não pode estar descolado da realidade, e mostra-se preocupado com os setores da saúde e educação.  
*[Taquígrafa: Sílvia]*

DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO (Orador) - Compartilha as ações importantíssimas realizadas em Criciúma, referindo-se à gestão organizada por um grupo de empresários que se dedicou à causa de ajudar o próximo no Asilo São Vicente de Paula, historicamente criado em 1958, que acolhe 72 idosos que vivem de suas pensões e com recursos da sociedade. Salienta que o grupo liderado pelo empresário Zalmir Casagrande modernizou a instituição, envolveu igrejas católicas e evangélicas, e que por isso trata-se de um exemplo a ser seguido, salientando que tal instituição recebe o aporte e a ajuda do governo do estado também. Durante o seu relato, apresenta um vídeo explicitando a importância da referida instituição filantrópica, e diz que participou de um convênio, quando secretário do Desenvolvimento Regional, em 2013, na ordem de R\$ 100 mil, para a realização de um Centro de Convivência climatizado e de outras melhorias estruturais. Considera o asilo uma das melhores instituições de geriatria no sul de Santa Catarina e parabeniza todos os idealizadores das ações humanitárias à terceira idade.

Menciona a presença do deputado Rodrigo Minotto no ato de inauguração do Centro de Convivência, destacando que realizaram em conjunto com o governador e vice-governador um compromisso de mais de R\$ 200 mil para ajudar o Asilo São

Vicente de Paula. Conclui dizendo que gostaria que todo idoso de Santa Catarina e do Brasil recebesse o tratamento despendido por aquela instituição.

Deputado Rodrigo Minotto (Aparteante) - Cumprimenta a direção do Asilo São Vicente de Paula, na pessoa do amigo Zalmir Casagrande, pelo excelente trabalho, frisando a importância de oferecer tal serviço e ver pessoas da terceira idade usufruírem de excelentes condições físicas.

Parabeniza a direção do asilo e o deputado pelo pronunciamento. [Taquígrafa: Elzamar]

\*\*\*\*\*

### **Partidos Políticos**

Partido: PP

DEPUTADO JOÃO AMIN (Orador)- Comunica participação em audiência junto ao ministério da Aviação reivindicando melhorias em alguns aeroportos catarinenses, e também junto ao ministério dos Transportes, acompanhado de parlamentares e do prefeito da Grande Florianópolis, cobrando diversas obras emergenciais nas rodovias catarinenses. Declara que durante a audiência o acesso a Florianópolis pela BR-282/SC, a chamada Via Expressa, recebeu o aval do ministro para ser licitada, e que o DNIT fará a adequação do projeto. Aponta várias matérias publicadas na imprensa que falavam sobre as datas de início da duplicação da Via Expressa, salientando que apesar do encaminhamento positivo é preciso estar atento às datas estipuladas para que este não seja mais um anúncio entre tantos.

Deputada Luciane Carminatti (Aparteante) - Considera que no início da audiência o ministro não foi receptivo, mas que ao final houve êxito e os pleitos foram contemplados, entretanto, mais uma vez o oeste catarinense não foi adequadamente atendido. Frisa a necessidade de uma obra que integre o interior com o restante do estado e com o país.

Deputado Gean Loureiro (Aparteante) - Cumprimenta o deputado pelo tema abordado, salientando que tal preocupação também já foi assunto em alguns dos seus pronunciamentos. Teme que este seja mais um anúncio a não ser realizado. *[Taquígrafa: Sara]*

Partido: PMDB

DEPUTADO GEAN LOUREIRO (Orador) - Informa ter participado de uma nova reunião no DNIT com relação ao projeto de ampliação da Via Expressa na Grande Florianópolis, salientando que em maio de 2015 foi realizada uma audiência conjunta com lideranças catarinenses e o ministro dos Transportes para discutir a proposta do projeto a ser realizado na Via Expressa e lançou-se a ideia de criar uma terceira pista, sendo determinado pelo diretor-geral do DNIT, em Brasília, que tal projeto fosse elaborado. Entende que o estado de Santa Catarina tem, através do Crema, recursos suficientes para fazer a terceira via e torce para que a obra inicie no prazo de até dez dias, conforme anunciou o prefeito de Florianópolis. Destaca que a Frente Parlamentar vem trabalhando há bastante tempo para que tal obra seja efetivamente concretizada. *[Taquígrafa: Cristiany]*

DEPUTADO DALMO CLARO (Orador) - Destaca que foi autorizado o lançamento de edital para a construção das terceiras faixas na BR-282, Via Expressa. Faz menção a todas as outras obras já licitadas em andamento que fazem parte da malha viária de Santa Catarina, a exemplo da BR-470, BR-280 e BR-282, que não foram concluídas, fazendo com que o tráfego de cargas seja, talvez, desviado para o Paraná, assim como as cargas de exportação.

Menciona a reunião com o novo delegado de Joinville, Akira Sato, que informou as modificações em andamento na referida comarca, como a contratação de estagiários e aposentados da Segurança Pública, para que se mantenham plantões noturnos a fim de efetuar registros de Boletins de Ocorrências, fazendo com que os agentes de polícia possam trabalhar durante o dia na apuração de crimes.

Deputado João Amin (Aparteante) - Reitera que deve ser mantido o prazo já prometido para a conclusão das obras da malha viária de Santa Catarina, que está em péssimas condições. *[Taquígrafa: Salete]*

Partido: PSB

DEPUTADO PATRÍCIO DESTRO (Orador) - Referindo-se à violência na cidade de Joinville, cita a atuação de facções criminosas de tráfico de drogas que invadiram condomínios do Programa Minha Casa Minha Vida, em especial o Condomínio Residencial Trentino, expulsando os moradores das suas casas. Alerta que a Polícia Militar não pode tomar providências tendo em vista tratar-se de área fechada, necessitando, assim, de autorização oficial.

Informa que vai comunicar a situação à Polícia Federal e ao Deap - Departamento Estadual de Administração Prisional -, da Polícia Civil de Florianópolis, baseado nos boletins de ocorrências realizados pelos moradores, para que providências sejam tomadas. *[Taquígrafa: Ana Maria]*

Partido: PDT

DEPUTADO RODRIGO MINOTTO (Orador) -

Parabeniza as mulheres, que comemoram 84 anos da conquista do voto feminino, instituído por Getúlio Vargas, discorrendo sobre a importância de tal conquista. Lembra que foi uma paulista a primeira se eleger deputada federal, Carlota Pereira Queiroz.

Enfatiza, com orgulho, que o PDT foi o partido idealizador da conquista dos direitos trabalhistas concedidos aos brasileiros. *[Taquígrafa: Rubia]*

PARTIDO: PT

DEPUTADA ANA PAULA LIMA (Oradora) - Pronuncia-se a respeito da 4ª Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres, que se realiza na Assembleia Legislativa de Santa Catarina, com o objetivo de buscar o fortalecimento das políticas estadual e nacional, mais direitos, participação e poder para as mulheres, e que as políticas públicas

ocorram efetivadas nas 27 unidades da Federação e nos 5.570 municípios brasileiros. Lembra que faz 84 anos que as mulheres conquistaram o direito ao voto no Brasil. *[Taquígrafa: Sílvia]*

Partido: PCdoB

DEPUTADO CESAR VALDUGA (Orador) - Registra a confirmação de uma extensão do Hospital Santa Terezinha, de Joaçaba, implementada no Hospital São Francisco, de Concórdia, para tratamento de pacientes com câncer. Assim que receber a liberação o hospital poderá realizar cirurgias oncológicas, havendo também o indicativo à instalação de uma unidade de alta complexidade em oncologia, que irá facilitar o tratamento aos pacientes do município.

Parabeniza o vereador Vilmar Comassetto, do município de Concórdia, proponente e coordenador da campanha Chega de Espera, bem como a Câmara Municipal e setores da sociedade concordiense, esperando que em breve tal extensão atenda à população do município e região.

Afirma que a saúde mais próxima da população é muito importante para a qualidade de vida, reforçando que se trata de uma vitória dos governos estadual e federal.

Por fim, registra a importância da realização da 4ª Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres, da qual participou, parabenizando o trabalho das deputadas Ana Paula Lima e Dirce Heiderscheidt. Destaca a aprovação de algumas proposições, frisando que o debate ainda precisa avançar muito.

Deputado Antônio Aguiar (Aparteante) - Parabeniza o deputado pela forte atuação no oeste de Santa Catarina e por conquistas na área da Saúde. *[Taquígrafa: Elzamar]*

DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT (Presidente) - Suspende a sessão até o início da Ordem do dia.

\*\*\*\*\*

## Ordem do Dia

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Reabre a sessão e dá início à Ordem do Dia, relatada na íntegra.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0020/2015.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0154/2015.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0171/2015.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0207/2015.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0258/2015.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0264/2015.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0319/2015.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0386/2012.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0422/2015.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0440/2015.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0567/2015.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de Informação n. 0008/2016, de autoria do deputado Gean Loureiro, a ser enviado ao prefeito da Grande Florianópolis, solicitando informações acerca do quantitativo atual de Unidades Móveis de Atendimento do Samu.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0009/2016, de autoria do deputado Valdir Cobalchini, a ser enviado ao comandante-geral da Polícia Militar, solicitando informações acerca do efetivo existente em cada sede de Batalhão, Guarnição Especial e Companhia.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0019/2016, de autoria do deputado Rodrigo Minotto, a ser enviada ao sr. Valdonir Estivalet Teixeira, gerente executivo de filial do governo da Caixa Econômica Federal, unidade Criciúma, manifestando agradecimento pelos relevantes serviços prestados à população do sul do estado no manejo de recursos federais e com o Título de Alta Performance, figurando em 1º lugar entre as 14 unidades do sul do país.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0020/2016, de autoria do deputado Darci de Matos, a ser enviada ao coordenador do Fórum Parlamentar no Congresso Nacional, manifestando preocupação com a suinocultura catarinense e apelando para que, junto à Conab e ao governo federal, sejam tomadas medidas

emergenciais visando à solução de impasses econômicos, especialmente no elevado aumento do preço do milho.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0021/2016, de autoria do deputado Mauro de Nadal, a ser enviada ao procurador-geral do ministério Público Federal e ao presidente do Tribunal de Contas da União, apelando no sentido de que se proceda a uma auditoria operacional da gestão pública do ministério dos Transportes e do DNIT, relativamente as suas competências institucionais de conservação e de manutenção das condições de trafegabilidade das rodovias federais BRs 158, 163 e 282.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Requerimento n. 0103/2016, de autoria do deputado Gean Loureiro, a ser enviado à bancada catarinense no Congresso Nacional, solicitando especial empenho em buscar novas alternativas com vistas ao crescimento econômico do país, rejeitando qualquer iniciativa de reintrodução da CPMF, assim como quaisquer outras propostas de aumento de impostos que não demonstre a real contrapartida em termos de benefícios para o povo brasileiro.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 0115/2016, de autoria do deputado Neodi Saretta, a ser enviado ao presidente do Porto de São Francisco do Sul, solicitando estudo de viabilidade para a implantação de novo posto de triagem ao lado direito da rodovia, sentido Araquari para São Francisco do Sul, com o intuito de melhorar a trafegabilidade no local.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência comunica que defere de plano os Requerimentos n.s: 0104/2016, 0105/2016, 0106/2016, 0107/2016, 0108/2016, 0109/2016, 0110/2016, 0111/2016, 0112/2016, 0113/2016, 0114/2016, de autoria do deputado Gabriel Ribeiro; 0116/2016, 0120/2016, 0121/2016, 0122/2016, de autoria do deputado Natalino Lázare; 0117/2016, de autoria do deputado Valdir Cobalchini; 0118/2016 e 0119/2016, de autoria do deputado Darci de Matos.

Esta Presidência comunica ainda que serão enviadas aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s: 0034/2016 e 0035/2016, de autoria do deputado Dr. Vicente Caropreso; 0036/2016, de autoria do deputado Neodi Saretta; 0037/2016, de autoria do deputado Rodrigo Minotto; 0038/2016 e 0039/2016, de autoria do deputado Darci de Matos; 0040/2016, de autoria do deputado Antônio Aguiar.

Gostaria de informar aos srs. deputados, a respeito de um tema que está tomando conta da imprensa e que me parece extremamente importante que esta Casa tenha ciência do seu desenrolar porque trata-se de algo extremamente relevante para o estado de Santa Catarina, não para o governo do estado de Santa Catarina, mas sim para

o estado de Santa Catarina, que é esta disputa jurídica que se estabelece entre Santa Catarina e o governo federal no que diz respeito à dívida pública com a União Federal.

É importante que todos os srs. deputados tenham consciência do que isso representa e também do que está-se debatendo. Por isso pedi que a assessoria fizesse 40 joguinhos de três páginas que demonstram com simplicidade e exatidão a situação real da dívida de Santa Catarina, que em 1998 contratualizou com o governo federal o montante de R\$ 4.165 bilhões, e pagou, de 1998 até fevereiro de 2016, R\$ 12.950 bilhões, e que pela regra aplicada até então deve ainda R\$ 9 bilhões.

O Congresso Nacional aprovou, em 2014, uma lei complementar alterando o critério de cálculo da dívida. Está no material posto, inclusive o texto do § que preceitua:

(Passa a ler.)

"A União concederá descontos" - e a palavra descontos é emblemática - "sobre os saldos devedores dos contratos referidos no art. 2º, em valor correspondente à diferença entre o montante do saldo devedor existente em 1º de janeiro de 2013 e aquele apurado utilizando-se a variação acumulada da taxa Selic desde a assinatura dos respectivos contratos, observadas todas as ocorrências que impactaram o saldo devedor no período." [Taquígrafa: Sara]

Esta é a lei aprovada, sanciona e publicada. Em janeiro deste ano a presidente Dilma Rousseff editou um decreto legislativo regulamentando a aplicação desta lei, e no decreto ao invés de se ter variação acumulada da taxa Selic, como previa a lei, utilizou-se no decreto a variação capitalizada da taxa Selic. A diferença prática é que, se aplicado o decreto e não a lei, a dívida pública de Santa Catarina, que seria de R\$ 9 bilhões pela regra anterior, o desconto previsto em lei transformar-se-ia num aumento, e a nossa dívida seria de R\$ 9.350 bilhões, portanto, absolutamente descompassado com o que previa a lei.

Houve todo um esforço do governo para que o decreto fosse revisto e, não havendo essa condição, o estado ingressou com uma ação no Supremo Tribunal Federal exigindo e buscando, o que deverá ser definido por liminar ou não até o final desta semana, que se aplique a lei aprovada. Pela lei aprovada, que seria a Selic acumulada, o estado de Santa Catarina ao invés de ter uma dívida de R\$ 9.352 bilhões, que é pelo cálculo anterior, teria um crédito de R\$ 1.342 bilhão. Se adotar a Selic acumulada média, que seria outro entendimento passível de interpretação, o nosso débito seria de R\$ 1.497 bilhão.

Os pareceres que embasaram a decisão do governo do estado foram feitos e corroborados pelo ex-ministro Ayres Britto e está-se tratando como uma tese de Santa Catarina, primeiramente pela absoluta ordenação jurídica que está embasada, e em segundo lugar que, se aprovado, estaremos implantando no Brasil, de uma forma indireta, uma verdadeira reformulação do Pacto Federativo. Isso vai representar, na cadeia dos estados, algo próximo a R\$ 250 bilhões que a União deixará de receber dos estados, recurso que ficará onde as pessoas moram, que é nos estados e nos municípios.

É sempre importante ressaltar que o modelo de distribuição de divisas do Brasil hoje está totalmente equivocado. Os estados e os municípios irão com toda certeza quebrar suas finanças. O Rio Grande do Sul foi o primeiro, o Rio de Janeiro vem logo em seguida, e nós estamos na fila, talvez no último lugar, mas permanecendo este cenário, não haverá outra alternativa.

O novo Pacto Federativo que, em regra, deveria ser feito por lei, mas jamais será feito porque pressupõe abrir mão de receitas federais.

Tal medida sendo implementada, vai permitir ao governo federal outras possibilidades de alavancagem, como a emissão de títulos e a utilização de reservas cambiais, e permitirá que tenhamos no estado de Santa Catarina e, em regra, nos demais estados do Brasil, um novo fôlego pelos próximos dez anos.

Fiz questão de fazer essa colocação desta cadeira e não da tribuna porque sinceramente essa não é uma questão partidária ou deste governo, mas uma questão do estado e de quem deseja no futuro administrá-lo e dar sequência ao mandato que se encerra em 2018. Teremos por quatro anos outras pessoas, outros partidos governando. Talvez seja a grande oportunidade que surgiu, fruto de uma lei aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pela presidente, portanto, não passível de interpretação divergente. Se erraram nos cálculos de impacto, talvez tenha sido um erro em favor do processo público dos estados e dos municípios. Algo teria ou terá que acontecer de forma abrupta, com ruptura, para que possamos quebrar essa inércia estabelecida que vai com absoluta certeza trazer falência aos estados e municípios, e, como disse, sem capacidade nenhuma de reação, porque não podem emitir títulos e não podem usar as reservas, o que a União pode em suma construir.

Por isso vou distribuir a todos os deputados cópia bem simples do que está posto. As matérias dos jornais têm trazido essas notícias.  
[*Taquígrafa: Critiany*]

Acho extremamente relevante que cada um busque informações complementares para se posicionar de forma contrária ou favorável, porque sinceramente, em termos de debate e de estado, esse assunto seja o mais relevante que tivemos na última década em Santa Catarina. A partir de 1998, quando foi feita a repactuação da dívida de Santa Catarina, nós já pagamos R\$ 12.950 bilhões.

Por isso mesmo, não estamos aqui tratando de calote tampouco de deixar de pagar o que se tomou emprestado. Foram contratados R\$ 4 bilhões e foram pagos R\$ 12 bilhões em pouco mais de quinze anos. Portanto, trata-se de dívida já paga, muito bem paga e reconhecida pela lei aprovada e sancionada, interpretada, por decreto, de forma diferente, o que é inaceitável do ponto de vista de Santa Catarina e agora também com o ingresso do Rio Grande do Sul, de forma combinada com o estado, Santa Catarina ingressando no Supremo Tribunal Federal e o Rio Grande do Sul no Tribunal Federal,

em Brasília, para que tenhamos duas instâncias paralelamente acompanhando o mesmo tema, buscando uma liminar que nos permita, já no mês de março, não pagarmos a dívida do estado com a União.

Se nós temos um parecer jurídico do ex-ministro Ayres Britto, um estudo com profundidade de cálculo feito pela Fundação Getúlio Vargas e toda a jurisprudência dos tribunais dizendo que nós temos razão e que, portanto, nossa dívida está paga, deixaríamos de pagar, a partir deste mês, R\$ 110 milhões aproximadamente de parcela da dívida, recurso que vai possibilitar um fôlego extremamente significativo ao sistema hospitalar, que está com deficiências, ao sistema de estradas, que está com deficiência, à capitalização do estado que passa pelas mesmas dificuldades assim como todos os outros estados.

Então, trago esse tema para conhecimento, porque me parece relevante e ao longo dos próximos dias, com certeza, teremos outras notícias sobre esta matéria tão relevante.

Muito obrigado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

Deputado Neodi Sareta - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Neodi Saretta.

DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, apenas para me solidarizar nessa discussão. Acho importante v.exa. trazer este assunto e maiores informações para que nós possamos nos inteirar e nos posicionar. Mas é importante que os estados, que estão com pouquíssima capacidade de investimento, de tomar iniciativas, possam ter alternativas e mecanismos para rediscutir a questão da sua situação financeira.

Então, trata-se de assunto relevante e gostaria de parabenizar v.exa por ter-nos trazido esse tema para nos municiar das informações e que possamos nos posicionar mais efetivamente depois sobre o mérito.

Deputado Kennedy Nunes - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Com a palavra, pela ordem o deputado Kennedy Nunes.

DEPUTADO KENNEDY NUNES - Não poderia ficar sem fazer algum tipo de comentário, tendo em vista que Santa Catarina, com a aprovação de todos os deputados aqui, também saiu à frente daquelas mudanças da Constituição, tratando já de um novo modelo, de uma nova forma de repactuação.

Quero parabenizar o governo do estado que toma essa dianteira. E tenho dito que diante toda essa crise que estamos vivendo está surgindo um modelo novo. Como diz o governador Raimundo Colombo: "Esse modelo já esgotou e está surgindo um novo." Esse novo modelo está ditado pela sociedade, por ações como esta. Cabe a nós, que estamos na política, entendermos todo esse novo modelo que está sendo ditado e executarmos dessa forma como foi feito aqui em Santa Catarina.

Mais uma vez, parabéns! Tenho certeza de que todos os estados vão cerrar fileiras junto a essa ideia de Santa Catarina.

Deputado Dr. Vicente Caropreso - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Dr. Vicente Caropreso.

DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO - Sr. presidente, é altamente relevante este tema, e nós temos que parabenizar todo o aparato jurídico do estado em defesa da nossa gente, em defesa da nossa economia.

Precisávamos de ações mais duras em relação a essa discussão, e hoje tivemos a oportunidade de ver o balanço do segundo quadrimestre da Saúde. Realmente é uma situação que há mais como levarmos. *[Taquígrafa: Salete]*

O governo federal não faz a parte dele, e quando alguém toca em assuntos proibidos, como a Previdência, parece que o país é outro. Então, o governo federal que assuma realmente e acalme os estados no sentido de se fazer as reformas que são necessárias para que o Brasil volte a navegar em águas tranquilas, porque desse jeito não vamos a lugar nenhum. São empresas quebrando, pessoas sem

emprego, pessoas que tinham planos de saúde que estão migrando para o SUS, que já tem problemas terríveis de monitoramento por parte das prefeituras e do estado. Já era hora de o governador Raimundo Colombo saber o lado certo.

Deputado José Milton Scheffer - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado José Milton Scheffer.

DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Quero cumprimentá-lo por trazer este assunto, mas acima de tudo manifestar o nosso apoio. A atitude do governador Raimundo Colombo está à frente do tempo ao questionar o governo federal sobre o que poderia estar sendo feito de maneira ordeira pelo governo federal, sensível à situação dos municípios e dos estados, é obrigado a ser aberta a porta, e não estou falando de partidos.

Eu fui presidente da Federação Catarinense dos Municípios - Fecam -, lá já lutávamos por um novo Pacto Federativo, por uma relação mais justa entre a União, os municípios e os estados. Infelizmente isso não acontece.

O Brasil entrou em colapso e Santa Catarina, mais uma vez, de maneira pioneira, toma uma iniciativa importante, que é questionar na Justiça os juros de uma dívida que já foi paga mais de duas vezes, e ainda tem mais do que já foi tomado para ser pago. Por isso, esse tema é importante e tem todo o nosso apoio. A saúde passa por uma crise enorme.

Mas presidente, deputado Gelson Merisio, quero registrar a nossa satisfação em saber que v.exa. esteve visitando o Hospital São José, em Criciúma. Agradecemos o seu interesse pela saúde do nosso estado, como presidente em defesa da saúde dos catarinenses, porque nos relacionamos com todos os hospitais filantrópicos e santas casas, por isso, sabemos da importância de termos o melhor financiamento da saúde, e passa por ações como esta que o governo de Santa Catarina está fazendo, questionando o sistema financeiro, o Banco Central, as taxas de juros cobradas de todos os

estados, em especial, do povo catarinense. Parabéns ao governador Raimundo Colombo. Estamos juntos nessa luta!

Deputado Fernando Coruja - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Fernando Coruja.

DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Sr. presidente, o Brasil fez ajuste fiscal na época do presidente Fernando Henrique e naquele momento a história mostrou que foi necessário.

Mas é evidente que os juros cobrados, como demonstram os números, são absurdos, um juro de usura, realizado contra o contribuinte. E faz muito bem o governo de Santa Catarina entrar na Justiça. É preciso encontrar mecanismos para se reformular essa dívida, independente do resultado, seja parcial ou total, é uma ação muito importante, temos que abrir portas para o novo Pacto Federativo, que é importante e faz-se necessário.

Esta crise que abate muito fortemente o Brasil, um dos fatores, é porque os recursos estão muito concentrados. Com a crise internacional abala mais já que o modelo brasileiro é muito frágil, muito concentrado no sistema federal e na União. Meus cumprimentos, deputado Gelson Merisio.

Deputado Antônio Aguiar - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Antônio Aguiar.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Gostaria de parabenizar v.exa. por trazer à Assembleia Legislativa um tema tão importante para os catarinenses, também o governador do estado Raimundo Colombo, que assumiu atitude em defesa do estado de Santa Catarina.

Deputado César Valduga - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado César Valduga.

DEPUTADO CÉSAR VALDUGA - Cumprimento v.exa. e gostaria de dizer que estava acompanhando a questão da variação da taxa Selic e, no decorrer de todos esses anos numa contratação de 1998, enfim, o valor tornou-se exorbitante, porque o montante financiado de R\$ 4 bilhões é pago R\$ 12 bilhões e ainda tem o saldo a pagar de R\$ 9 bilhões.

Eu tenho acompanhado o movimento do governo do estado no ano anterior e o de v.exa., e quero parabenizá-lo pelo tema. Eu vejo, enfim, que temos que nos irmanar para podermos, realmente, buscar uma resolutividade sobre essa exorbitância. O povo de Santa Catarina não pode pagar essa conta, pois precisamos fazer ajustes no estado. Por isso, sem dúvida, isso requer uma reavaliação da dívida com a União.

Finda a pauta da Ordem do Dia. *[Taquígrafa: Ana Maria]*

\*\*\*\*\*

### **Explicação Pessoal**

DEPUTADO VALDIR COBALCHINI (Orador) - Em relação à reunião, em Brasília, com lideranças catarinenses e o ministro do Transporte, para a duplicação da Via Expressa à BR-282, faz críticas ao governo federal por não garantir a inclusão da duplicação das rodovias do oeste catarinense, repudiando o fato de a produção do estado ser dirigida ao Porto de Paranaguá. Solicita apoio de todos os deputados para que ocorram as duplicações necessárias, beneficiando vários setores catarinenses.

Saúda o Corpo de Bombeiros Voluntários de Caçador, pelos 45 anos de fundação, manifestando sua admiração e ressaltando a importância da categoria para a região. Comenta sobre a criação de novas corporações de bombeiros militares onde os voluntários já atuam.

Deputado Cesar Valduga (Aparteante) - Corrobora as palavras do deputado, frisando que a logística é

um fator importante para que haja melhoria nas rodovias.

DEPUTADO LEONEL PAVAN (Presidente) - Não havendo mais oradores a fazer uso da palavra, a Presidência encerra a sessão, convocando outra, ordinária, para o dia subsequente, à hora regimental. [Taquígrafa: Rubia] [Revisão Final - Taquígrafa: Renata]